

## «El Derecho y el Estado en San Agustín»

Por António Truyol Serra — 210 páginas  
Editorial Revista de Derecho Privado

A grande importância histórica de Santo Agostinho, considerada independentemente do seu aspecto teológico, vem de ele ter sido como que um cadinho onde se misturaram e fundiram duas civilizações, ou antes, duas filosofias: a filosofia grega, encarada sob o seu mais nobre aspecto, o platonismo, e a então ainda balbuciante e rude filosofia cristã. Daí o interesse das idéias políticas e jurídicas de Santo Agostinho, tanto mais que se sabe ter ele sido um admirador e estudioso de Cícero, e ter conhecido profundamente obras legadas pela antiguidade clássica que depois se perderam.

Para mais, as doutrinas de S. Tomaz de Aquino, sobre as quais ainda hoje se baseia a filosofia católica, provêm em linha recta das de Santo Agostinho.

Tudo isto torna digna da maior atenção a recente obra de TRUYOL SERRA, sobre *El derecho el estado em San Agustín*.

Divide-se ela em duas partes. A 1.<sup>a</sup> intitula-se «Supostos e conceitos fundamentais do pensamento jurídico de Santo Agostinho» e já havia sido publicada em 1914, na Revista «Verdade e Vida». Compreende 3 capítulos: — I, «Supostos antropológicos do pensamento Agostiniano»; II, «Supostos teológicos do pensamento jurídico de Santo Agostinho»; III, (o mais importante, em nosso entender), «A teoria agostiniana da lei eterna e lei natural», onde vemos claramente a formação da teoria do direito natural.

A segunda parte, inteiramente inédita, versa sobre «A idéia do Estado em Santo Agostinho», e é subdividida em: I, «As interpretações modernas da política agostiniana»; II, «A atitude de conjunto de Santo Agostinho ante o problema da essência e justificação do Estado». Expõe-se aqui a doutrina de que, «na ordem natural, a função do Estado deve estar submetida às exigências da ordem sobrenatural», e citam-se estas nobres e actuais palavras do Doutor da Igreja: — «O homem racional que Deus criou à sua imagem e semelhança não quiz Deus que fôsse senhor senão apenas dos irracionais; não quiz que fôsse senhor do homem mas somente dos animais».

No III capítulo, «O problema da relação entre o Estado e a Justiça», encontra-se a curiosa definição de povo ou estado, como «reunião de uma multidão

racional unida pela comunhão e conformidade dos objectos que ama». O IV capítulo, trata da «Essência e justificação do Estado à luz da teologia agostiniana da história».

A obra está escrita com aquela verdadeira erudição que se dissimula sob uma aparente facilidade; e, por isso, a sua leitura pode e deve ser aconselhada não só, na frase clássica, aos que se interessam por estes assuntos, mas também aos desconhecedores de Santo Agostinho que, fora mesmo de qualquer ponto de vista religioso, é, sob o aspecto psicológico e intelectual, das mais atraentes e maiores figuras da História; aquêle que, numa época de violência e de fôrça, não hesitou, seguindo Cícero, em definir a lei como a «*ratio summa*».

Por isso, como diz no prefácio o autor dêste valioso livro, «a mensagem secular do doutor africano conserva o seu valor para o mundo de hoje, mais necessitado do que nunca do fogo abrasador da caridade entre os povos e os homens unidos pelo vínculo indissolúvel duma natureza comum».

A. P. C.

### «La Idea Pura del Estado»

Por Adolfo Posada — 94 páginas  
Editorial Revista de Derecho Privado

Este livro é uma brilhante síntese das últimas idéias e conclusões a que havia chegado o recentemente falecido Mestre de Direito Político, Adolfo Posada.

O autor, célebre nos meios jurídicos espanhóis e que o deveria ser também nos portugueses se o nosso intercâmbio cultural com a Espanha fôsse tam estreito quanto a semelhança de raça e civilização aconselham, sentiu desde muito novo a rara e imperiosa vocação do magistério jurídico e por ela norteou a sua longa e laboriosa vida de 84 anos, terminada em plena lucidês.

Tendo, logo ao sair da Universidade, em 1880, escolhido a especialização em direito público, ensinou longos anos essa matéria na Universidade de Oviedo, e mais tarde na de Madrid, e foi, além disso, autor de mais de 50 obras jurídicas, a principal das quais é o «Tratado de Direito Político», que vai presentemente na 5.<sup>a</sup> edição.

Na Faculdade de Direito de Madrid o Instituto de Direito Público tem o seu nome: «González Posada».

Daqui o excepcional interesse desta obra, escrita no final duma longa vida, enriquecida não só por incessante estudo, mas pelo constante observar dos fenómenos sociais.

Não se trata pròpriamente duma obra didáctica, mas reconhece-se a «garra» do escritor didático na clareza e no método da exposição.

O autor começa pelo «processo da idéia do Estado», em que apresenta a definição de Estado à face das doutrinas filosóficas.

Trata, a seguir, da «Elaboração de uma idéia pura do Estado», mediante o